



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9536

Presidente da Mesa Diretora: José Marcos Martins de Freitas

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: Idelfonso Pereira Araújo

Data: 08/10/2019

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 130/2019. Concede o título declaratório de Utilidade Pública Municipal ao “Conselho da Comunidade na Execução Penal da Comarca de Montes Claros – MG”. (Referente à Lei nº 5.195, de 01/11/2019).

Controle Interno – Caixa: 25.14

Posição: 18

Número de folhas: 05

Espécie: PL
Categoria: Utilidade Pública
CX: 25.14
Ordem: 18
nº fls: 29



Nº 96/2019

29.10.2019

Câmara Municipal de Montes Claros

Lei 5.195 01/11/19

PROJETO DE LEI Nº 130/2019

AUTOR:

Ver J Delfonso Pereira Araújo

ASSUNTO:

~~Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao~~
~~Conselho da Comunidade na Execução Penal da Comarca de~~
~~Montes Claros - MG.~~

MOVIMENTO

- 1 -
- 2 - Entrada em 15/10/2019
- 3 - Comissão Legislação e Justiça
- 4 - *MOVENDO EM REGIME DE URGÊNCIA*
- 5 - *EM 29.10.2019*
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 - *Cont. 14/10/2019*



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS-MG

PROJETO DE LEI Nº. 130/2019.

"Concede Título Declaratório de Utilidade Pública".

O povo do Município de Montes Claros-MG, por seus representantes na Câmara Municipal aprovou e eu o Prefeito, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica considerada de Utilidade Pública Municipal entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de **"Conselho da Comunidade na Execução Penal da Comarca de Montes Claros-MG"** conhecido como **"Conselho da Comunidade"** inscrita no CNPJ 26.091.948/0001-93, com sede na Rua Glaucilândia, nº 175, bairro São Judas Tadeu, Montes Claros-MG, CEP 39.402-370.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal Montes Claros-MG, 01 de Outubro de 2019.

Idelfonso Pereira Araújo
VEREADOR
CÂMARA MUN. DE MONTES CLAROS
IDELFONSO PEREIRA ARAÚJO
VEREADOR



081

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E 1457CH
EM 15 DE OUTUBRO DE 2019
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 29 DE OUTUBRO DE 2019
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 130/2019 QUE “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública ao Conselho da Comunidade na Execução Penal da Comarca de Montes Claros-MG”, de Autoria do Vereador Idelfonso Pereira de Araújo.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sobre comento tem por objetivo conceder título declaratório de utilidade pública a Conselho da Comunidade na Execução Penal da Comarca de Montes Claros-MG.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 16 de outubro de 2019.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 130/2019

AUTOR: Ver. Idelfonso Pereira Araújo

MATÉRIA: “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Conselho da Comunidade na Execução Penal da Comarca de Montes Claros – MG”.

I – RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 15/10/2019 com entrada na Sala das Comissões no dia 17/10/2019.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo conceder Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Conselho da Comunidade na Execução Penal da Comarca de Montes Claros – MG, conhecido como Conselho da Comunidade situado na Rua Glaucilândia no Bairro São Judas Tadeu.

Nos termos do art. 5º do estatuto, a referida entidade tem dentre outras atribuições, a de visitar, pelo menos mensalmente os estabelecimentos penais existentes na Comarca de Montes Claros, propondo à autoridade competente a adoção das medidas adequadas nas hipóteses de eventuais irregularidade; entrevistas presos, egressos e noticiados.

Verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e atende os requisitos legais previstos em lei.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2019

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito

Vice-Presidente : Ver. Maria Helena de Quadros Lopes

Relator: Ver. Wanderley Ferreira de Oliveira: